*Filosofia e autoconsciência*¹

OLAVO DE CARVALHO

A filosofia, com Sócrates, nasce como análise crítica do saber coletivo à luz da unidade, integridade e autotransparência da consciência individual. Não, portanto, de qualquer consciência individual, mas daquela que lutou por essa unidade, integridade e autotransparência e que a duras penas as foi, a um tempo, desencavando e erigindo até erguê-las acima da turva confusão das paixões e auto-enganos; confusão que, em parte ao menos, nasce da absorção passiva, desordenada e acrítica das crenças coletivas.

É essa luta que dá ao filósofo, juntos e inseparavelmente, a autoridade e os instrumentos cognitivos para analisar, julgar e, se preciso, condenar as crenças estabelecidas. E ela só se torna possível e necessária por causa da constituição dupla e autoconflitiva da própria consciência individual. De um lado, essa consciência vai-se formando ao sabor de variadas correntes de influência, genéticas e ambientais, que a puxam para todos os lados e despertam nela exigências múltiplas mutuamente contraditórias. De outro lado, ela tende à unidade em razão da continuidade da existência corporal, bem como da necessidade de decisões e escolhas que clamam pela unidade de um sujeito agente dotado de auto-recordação, perseverança nas ações e capacidade de responder perante os demais agentes em torno.

Uma segunda camada de exigências conflitantes surge do fato de que o indivíduo não tem apenas de se desenvolver como sujeito agente, mas de encontrar ou aceitar um lugar na sociedade, quase sempre sacrificando parte do seu senso de unidade interna às demandas do papel social e ao sentimento de identidade grupal que sustenta e protege, mas também limita e deforma a sua individualidade.

Nenhum ser humano conseguiria erguer-se à condição de crítico independente das crenças coletivas se as únicas forças em jogo no processo da autodescoberta -- ou autoconstituição -- da sua consciência individual fossem o seu próprio impulso individuante e as exigências e pressões do ambiente social. De um lado, aquele impulso não é *causa sui* mas depende de estímulos e de meios cognitivos -- entre os quais a linguagem -- que vêm do próprio ambiente social. De outro lado, esse ambiente funda-se, em parte, em necessidades inerentes à própria constituição biológica do ser individual. Todo conflito evolutivo que possa surgir entre essas duas forças se dá portanto no quadro de uma unidade simbiótica inseparável. No ato mesmo de afirmar sua soberania, o indivíduo se apóia no contexto social e confessa implicitamente sua dependência dele. Isso revela-se da maneira mais clara nos casos de inadaptação congênita ou adquirida, em que o indivíduo, ao voltar-se contra o ambiente humano em torno, é expelido para um nível social mais baixo onde desfruta de uma liberdade de movimentos ainda menor que a concedida a seus semelhantes melhor adaptados.

Não é esse, evidentemente, o caso de Sócrates. Sua independência interior é real e, em vez de restringir, amplia a sua liberdade de movimentos, abrindo-lhe o espaço para o exercício de um papel social *sui generis*, sob muitos aspectos superior ao dos demais membros da sociedade, dos quais alguns o admiram até à veneração, outros o invejam e temem ao ponto de desejar matá-lo.

A conquista dessa independência interior -- e mesmo até certo ponto exterior -- não seria possível num quadro delimitado exclusivamente pelos fatores biológicos e sociais da concorrência simbiótica entre indivíduo e sociedade, concorrência que se desenrola dentro dos padrões sociais existentes e, em última análise, reafirma o primado da sociedade.

A independência que Sócrates conquista, exerce e demonstra apóia-se, com toda a evidência, na interferência de um terceiro elemento, superior e independente tanto dele próprio

¹ Texto preparatório para a aula de 30 de junho de 2012.

quanto do meio social, irreduzível, portanto, seja à constituição natural da individualidade, seja ao conjunto dos dados socioculturais disponíveis.

É esse elemento que Sócrates denomina o seu *daimon*, o espírito que o guia entre as exigências da vida, impondo-lhe escolhas e condutas que transcendem tanto os impulsos da sua mera individualidade quanto as regras e preceitos da sociedade em torno.

O que fundamenta e define a atividade do filósofo não é portanto a mera crítica da sociedade, nem muito menos o uso da faculdade a um tempo natural e social da “razão” como instrumento dessa crítica, mas sim o apelo a uma instância superior habilitada a orientar e julgar tanto o indivíduo quanto a sociedade.

Ao submeter-se consciente e voluntariamente aos ditames dessa instância superior, o filósofo se torna um emissário dela, mas não a encarnação perfeita e única da sua autoridade, que ele reconhece estar espalhada também no fundo da própria ordem social vigente, por degradada e confusa que esta se encontre. Daí o aparente paradoxo de que o mais independente dos cidadãos atenienses se curve obedientemente à sentença do tribunal que o condena, recusando-se portanto a afirmar no campo da realidade social empírica uma independência equivalente àquela que demonstrara no domínio do pensamento e da ética pessoal.

Sócrates é um porta-voz das “leis não escritas” que transcendem a ordem social existente, mas não um profeta-legislador incumbido de modificar essa ordem segundo o padrão determinado por aquelas leis. Sua função é recordar aos homens a existência da ordem transcendente, não implantá-la no mundo pela força da autoridade.

Essa continuará sendo, ao longo dos séculos, a missão dos filósofos e a definição mesma do seu modo de ser.